

## o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera<sup>1</sup>

*daniel barret*

*Em memória de Carlos Alfredo Garcia Moreira, Elbia Leite, Ildefonso Santamarta (el Gallego Alfonso), Luis Alberto Prim (Negro Pocho), Boris Rodríguez, Daymán Miralles, Luis Giménez (el Ferrujo), Freddy Moyano, Eduardo Díaz (el Cabeza), Fernando Cousillas, Inés Pato e tantos outros que ao longo dos anos que serão discutidos aqui animaram diferentes propostas e práticas anarquistas que hoje parecem ter sido devoradas pelo esquecimento*

O ano de 2008 parece ser especialmente propício para as comemorações desses aniversários “redondos”, que se expressam em décadas ou em quinquênios. Este será o calendário no qual encontraremos interessados em celebrar as coisas mais diversas e haverá para todos os gostos: dos excessivos e desgastados 160 anos do Manifesto Comunista aos exíguos e modestos 35 da greve geral contra o golpe de Estado no Uruguai, passando pelos 90 do movimento estudantil de Córdoba, os 80 do

*Daniel Barret (1952-2009) foi sociólogo, jornalista e professor universitário anarquista. Entre suas obras está Los Sediciosos Despertares de la Anarquía.*

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

assalto ao Câmbio de Messina<sup>2</sup> e os 40 do “maio francês”. No campo das anticomemorações e dos episódios mais turvos, os 70 anos da “noite dos cristais quebrados” — aquele inqualificável abuso genocida praticado pelos nazistas numa noite, em novembro de 1938 — e os apagados 75 da ditadura de Gabriel Terra<sup>3</sup>, que sequer seu deteriorado Partido Colorado ousa rememorar. Da nossa parte, só incumbe sermos momentaneamente cautelosos e nos concentrarmos no que é mais próximo e diretamente nos concerne: a greve geral contra o golpe de Estado no Uruguai e seu desenlace frustrado. Não se trata de engrossar o amplo e exagerado volume de mitografias circulantes, nem pronunciar o enésimo canto épico a respeito, senão entender, fundamentalmente, o porquê; o que houve antes e o que aconteceu depois; as mobilizações sociais e políticas que precederam a greve geral e a ditadura que a seguiu. Trata-se de decifrar algumas chaves do processo vivido naqueles anos e fazê-lo a partir da perspectiva do pensamento e das práticas anarquistas. E ainda, visto que *a história não pode ser reduzida a um objeto de veneração e culto, mas que deve ser concebida como fonte de lições a serem coletadas e valorizadas*<sup>4</sup>, tentaremos fazê-lo a partir de uma perspectiva crítica, cujas remotas contas pendentes foram extintas e já não poderão ser cobradas aos seus antigos devedores. Em suma, a dívida interessa pouco ou nada, pois o olhar crítico se revigora em direção ao futuro e não ao passado; e as revoluções que mais importam não são aquelas que poderiam ter sido fecundadas ontem, mas aquelas que deverão gestar-se a partir de hoje.

## 1. O contexto latino-americano: 1968-1973

Os anos 1960 no Uruguai foram palco de um triplo movimento ascendente<sup>5</sup>: em primeiro lugar, a formação de uma arquitetura organizativa complexa e diversificada que permitiu dar lugar a vastos setores sociais antes desconectados de certas expressões reivindicatórias; em segundo, uma persistente agitação que renovava, periodicamente e sem solução de continuidade, seus eixos mobilizadores; e, por último, *uma aceleração dos ritmos políticos do campo popular que se encarregou de atualizar, acentuar e ampliar o clima de confronto imediato e vislumbrou uma resolução favorável do mesmo*. Tudo isso teve uma relevância evidente no agitado período entre 1968 e 1973. O contexto internacional, por sua vez, forneceu exemplos que, em seu devido momento, fomentaram as matrizes predominantes de elaboração política e suas correspondentes convicções. Na América Latina, o evento central nesse sentido foi, sem dúvida, a triunfante revolução cubana de 1959, entendida naquela época — equivocadamente, em nossa visão — como a antecipação e epítome de todo um período histórico marcado pelos processos de “libertação nacional”; uma etapa cujos começos ou motivações iniciais seriam “antioligárquicos” e “anti-imperialistas”, mas que se configurariam rapidamente como uma transição para o “socialismo” a partir da hegemonia de seus setores mais avançados ou da classe trabalhadora como tal. Pouco importava que fosse uma transposição mecânica e pouco criativa de processos intransferíveis, como o argelino ou o vietnamita, para esta parte do mundo: afinal, tais convicções já haviam sido postuladas pela direção cubana e, antes disso, também pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética,

realizado em 1956, o qual permitiu alinhar por trás delas as várias formações guerrilheiras que proliferaram no continente durante os anos 60 e as organizações que responderam com diferentes graus de lealdade à pátria de Lenin e Stalin.

Durante os 60 e 70, a confiança em um futuro revolucionário mais ou menos próximo era transbordante. Ninguém pensava, é claro, que a evolução fosse repentina e indolor, mas não havia muitas dúvidas nas fileiras de esquerda de que — segundo a infeliz expressão da época — as “condições objetivas” estavam dadas. A incógnita a ser resolvida e, portanto, o eixo dos principais debates não foi outra coisa que a estratégia de formação das “condições subjetivas” da revolução. Tanto os focos guerrilheiros segundo o rastro castro-guevarista, quanto as frentes eleitorais do signo reformista ou até mesmo as intempestivas aparições populistas de trajes militares, foram interpretados como capítulos de progresso coerentes com o inexorável final do livro da história.

De acordo com os cânones marxista-leninistas amplamente prevacentes na época, as relações de produção próprias do capitalismo dependente haviam se constituído amplamente como um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas, e era justamente essa a condição necessária para inaugurar um tempo revolucionário: apenas faltava resolver, etapa por etapa, o enigma da acumulação sociopolítica contra o “inimigo principal”. O acesso ao governo de forças reais ou declaradamente anti-imperialistas no Chile de Allende, no Peru de Velazco Alvarado, na Bolívia de Torres, no Equador de Rodriguez Lara, no Panamá de Torrijos ou

na Argentina de Cámpora funcionou como a confirmação satisfatória dessas convicções otimistas.

Tratava-se de um momento histórico em que pareciam verificar-se as teorias evolucionistas, segundo as quais as mudanças revolucionárias não eram o resultado e o cadinho de decisões individuais e coletivas profundamente enraizadas nos desejos e na vontade de pessoas e organizações reais e concretas, que se fazem e se desfazem em seu devir combativo, mas o produto mecânico e o escoadouro de uma sucessão de “modos de produção” que, por si só, geram as condições ou desculpas de uma sociedade que supera suas próprias contradições em uma espécie de epifania “socialista”. Nesse arcabouço teórico, ao qual já não é possível nem desejável recorrer, o real foi interpretado como uma consequência infalível da “necessidade” e como um estágio intransponível de uma longa travessia histórica. Com certeza, a história precedente era, em si, suficientemente ilustrativa para a negação pontual dessas convicções, mas sua obstinada reinterpretação na versão soviética foi, naqueles anos, suficientemente “prestigiosa” e avassaladora para se acreditar nela ao pé da letra; uma celebração do dogma da qual, felizmente, os anarquistas não faziam parte, mas que, no entanto, limitou nossos desdobramentos. Tudo isso mudou profunda e radicalmente após o fracasso do “socialismo realmente existente”, e apenas uma teimosia invencível pode mantê-lo em alta; porém, uma descrição adequada da época, como a que aqui se tentará, deve ao menos deixá-lo formulado como ponto de partida, pois é um componente substancial das concepções predominantes nos anos que serão apresentados a seguir.

## 2. À guerra com poucas armas

O movimento anarquista uruguaio chegou ao período entre 1968 e 1973 com a casa em desordem. Desde a decepção provocada pela derrota da revolução espanhola, o movimento anarquista mergulhou, internacionalmente, num prolongado refluxo. *Na falta de um paradigma revolucionário renovado para substituir o antigo anarcossindicalismo*, confinado em suas pequenas organizações específicas e muitas vezes limitado a meras tarefas de propaganda, enfrentou o pós-Segunda Guerra com a dedicação generosa de sempre, mas com uma incidência social reduzida e escassas possibilidades de imprimir suas pautas nas lutas que se estendiam aqui, lá e acolá. De outro lado, o surgimento do bloco soviético e os processos de descolonização na África e na Ásia conferiram às opções jacobina e estatista de mudança, tanto na sua vertente marxista-leninista, quanto na nacionalista e populista, um vigor inusitado; situações que limitaram, ainda mais, o interesse imediato de uma concepção que, em sua especificidade inequívoca, só poderia manter uma sobressaltada relação com tais cursos de transformação social. No Uruguai, com as singularidades do caso, a realidade do movimento anarquista respondia, igualmente, às características assinaladas.

O impacto produzido pela revolução cubana inaugurou um ciclo de debates dissidentes na Federação Anarquista Uruguaia. Desde a complexa e variada discussão sobre o ponto<sup>6</sup> e sua derivação, até temas em torno dos quais sideraram diferenças importantes de concepção, revelaram uma crise teórica, ideológica, política, metodológica e organizativa que parecia impensável em sua fundação, em outubro de 1956. A ausência de um robusto paradigma

revolucionário partilhado, que permitisse incorporar e resolver as novidades e exigências dos tempos que se abriram no início dos anos 60, ficou profunda e amplamente evidente.

Da separação consumada em 1963 resultariam duas bifurcações mais ou menos irreconciliáveis, e *o que cada uma ganhou em harmonia e coerência imediata foi perdido ao final em termos de riqueza, diversidade e perspectiva de longo prazo*: uma delas se agrupou, durante um curto espaço de tempo, como Aliança Libertária Uruguiaia<sup>7</sup> e não conseguiu encontrar o amálgama que permitisse transcender as práticas particulares de seus grupos e militantes independentes, enquanto a outra, mantendo sem variações a denominação de FAU, logrou compactar-se e desenvolver diretrizes que lhe permitiram um protagonismo, muito mais pronunciado em nível geral, no período subsequente.

No entanto, sem prejuízo desse protagonismo — e da persistência e da concessão colocadas em evidência na demanda —, a parte que continuaria a ser chamada de FAU inaugurou um processo aberto de buscas pelo final, que a levaria a uma perda gradual da identidade anarquista no sentido agudo e intransigente do termo. E foi assim que, não muito tempo depois, passou-se do nome original F.A.U. — enquanto sigla e com os pontos correspondentes — para a “FAU sem pontinhos”, isto é, uma organização que já não se considerava nem como federação nem como anarquista, sem prejuízo de que esta fosse a definição particular do grosso de sua militância<sup>8</sup>.

A “FAU sem pontinhos”, que foi ilegalizada em dezembro de 1967, ainda abrigava expectativas quanto ao

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

curso do processo cubano, que o tempo se encarregaria de refutar contundentemente; demonstrava-se disposta a reconsiderar as posições clássicas em relação ao poder; abandonou sua configuração federal inicial, em favor de uma forma organizacional de maior disciplina e centralização, a qual presumia mais apta para o desenvolvimento de um “aparato armado”, e a resolução das implicações posteriores mostrava inclinações aliancistas com os setores que então compunham a “esquerda revolucionária”; por último, propôs-se a percorrer o árduo caminho de elaborar uma síntese teórico-política com o marxismo que — como poderia ser previsto desde o início e sem margem de erro — a levariam, mais cedo ou mais tarde, a um beco sem saída<sup>9</sup>.

### 3. O 68 uruguaio

Jorge Pacheco Areco, desde sua favorável e casual ascensão presidencial em dezembro de 1967, mostrou suas orientações repressivas mediante a ilegalidade de seis grupos da esquerda radical — um dos quais, como acabamos de dizer, foi precisamente a FAU. A partir de 1968, a aplicação das chamadas “medidas imediatas de segurança” era um lugar comum nas políticas governamentais, embora o decorativo Parlamento as tenha suspenso em mais de uma ocasião<sup>10</sup>. As “medidas imediatas” permitiram uma e outra vez, entre tantas “belezas” de teor semelhante, a prisão arbitrária de militantes sindicais, integrantes das associações de bairro e estudantis, bem como ofereceram o quadro normativo para a aplicação de um regime militar de trabalho a certos setores do funcionalismo público. Esse foi, sem dúvida, um dos vetores da radicalização social e da



política iniciada em 1968; uma radicalização cujo substrato mobilizador sindical se situava ao nível das reivindicações salariais, acumuladas em consequência dos registos inflacionários extraordinariamente elevados de 1967. Essas demandas não fizeram outra coisa senão aumentar a partir da adoção de políticas de ajuste recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e baseadas na contenção do consumo através do congelamento de salários. Para piorar a situação, o elenco de governo mostrou um rosto descaradamente burguês contrário às tradições de mediação e “neutralidade” do Estado uruguaio: a carranca da proa era, então, um setor das classes dominantes que se encarregava de correr atrás de seus assuntos com uma vara longa e sem cenoura.

A concentração de 1º de maio serviu como augúrio do que aconteceria nos meses seguintes com os duros confrontos entre as forças policiais e os setores mais aguerridos que participaram do evento convocado pela Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT); este ato contou com a presença dos cortadores de cana de Artigas<sup>11</sup>, que tinham chegado poucos dias antes, depois de uma marcha de centenas de quilômetros até Montevideú. Imediatamente, teve início a agitação em escolas secundárias e faculdades contra o aumento da tarifa de transporte estudantil, e a gravitação do respectivo movimento no conjunto de organizações populares ampliou-se. O mês de junho foi cenário de duas decisões governamentais já insinuadas e que acentuaram o clima de mobilização: no dia 13, as Medidas Imediatas de Segurança foram implementadas, e apenas 15 dias depois o congelamento de preços e salários foi decretado. Neste último dia inaugurou-se também o lamentável ciclo de

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

militarizações com os funcionários do Conselho Nacional de Subsistência, que será prontamente continuado pelos trabalhadores das Usinas e Telefones do Estado (UTE, hoje Usinas e Transmissões Elétricas), das Obras Sanitárias do Estado (OSE) e das Telecomunicações.

Foi nesse contexto que a guerrilha urbana, ainda incipiente, representada pelo MLN<sup>12</sup>, aumentou a aposta de suas ações e sequestrou o presidente da UTE — uma das figuras mais impopulares do governo — no dia 7 de agosto. Quase que imediatamente, as forças repressivas entraram com um plano de busca nas instalações universitárias, com evidente violação de sua autonomia. As mobilizações brotaram sistematicamente em enfrentamentos violentos, e os órgãos do Estado recolheram suas primeiras vítimas nas fileiras de estudantes: em 14 de agosto foi preso Líber Arce e em 20 de setembro, Hugo de los Santos e Susana Pintos. A sexta provincial característica do Uruguai “liberal e batllista<sup>13</sup>” recebeu um chicotão estridente, e a consciência se estremeceu em suas raízes mais profundas: para muitos, tornou-se indiscutível que era o chamado augural de um processo revolucionário. A outrora “Suíça da América” fundiu, assim, seu destino com os do resto dos países latino-americanos.

#### **4. A luta continua**

Os anos sucessivos foram uma continuação do que 1968 permitiu encenar, mas agora dentro de marcos organizacionais mais rígidos e sem a criatividade espontânea proporcionada por essas lutas de rua; uma criatividade facilitada pela incorporação rápida e comprometida de milhares de novos militantes que

transbordaram as estruturas mais institucionalizadas do campo popular. A partir de 1969, as organizações de esquerda se concentraram em preservar os espaços sociais sobre os quais exerceram algum tipo de influência, e os encontros facilitados pela dinâmica da ação foram diluídos e empobrecidos nas mais emaranhadas negociações de cúpula, previamente mediadas pelos interesses “partidários”. Contudo, o enfrentamento em si se aprofundaria em diferentes planos, adotando fórmulas relativamente simples, redutoras e quiçá maniqueístas para expressar em linhas muito densas todas as complexidades e variantes do conflito social. O problema era — segundo a concepção mais difundida — entre a oligarquia aliada ao imperialismo e o povo. Não havia opção a não ser escolher um ou outro, e quem o fizesse pelo campo popular inevitavelmente convergiria nas ofertas “frentistas”<sup>14</sup> e de “libertação nacional” que começavam a despontar e adquirir força em consonância com o auge da mobilização.

Em 1969 continuaram as greves de longa duração em setores estratégicos da economia (frigoríficos, bancários, UTE, etc.), os estudantes mantiveram suas mobilizações por autonomia e aumento orçamental e a guerrilha do MLN aumentou a frequência e a espetacularização de suas ações, chegando ao que seria sua operação mais ressonante: tomar a cidade de Pando<sup>15</sup> no dia 8 de outubro. Com este último ato, segundo alguns observadores, o caráter folclórico e simpático das ações anteriores teria sido abandonado para dar lugar aos enfrentamentos realmente sangrentos. Em 1970, o MLN realizou vários sequestros, e em um deles foi executado o funcionário estadunidense Dan Anthony Mitrione, assessor em “interrogatórios”, assim como antes tinha sido o delegado de polícia Héctor

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

Morán Charquero. O parlamento votou, no mês de agosto, a suspensão das garantias constitucionais para facilitar abusos repressivos dos mais diversos. Nesse ano, os dois eixos do ensino secundário<sup>16</sup> foram alvo de intervenção, e isso concentrou a atenção do movimento estudantil.

Entretanto, 1971 seria um ano parcialmente diferente, já que, tratando-se de um ano eleitoral, o governo não podia deixar de oferecer seu rosto mais “bonito”: organizações que haviam sido banidas em dezembro de 1967 foram novamente legalizadas, cessou a intervenção nos organismos do ensino médio e houve um aumento relativamente significativo do salário real. Face às eleições, formou-se o Frente Amplio: a confluência mais ampla possível de forças “antioligárquicas” e “anti-imperialistas”, composta pelos setores da esquerda tradicional, a democracia cristã e facções “progressistas” procedentes dos partidos Blanco e Colorado. Não obstante, e sem prejuízo de seu apoio ao Frente Amplio, o MLN continuou com ações de envergadura, novos sequestros e duas grandes fugas da Prisão Feminina e da Penitenciária de Punta Carretas. Em seu rosto mais sórdido, 1971 também trouxe as primeiras ações dos esquadrões paramilitares, as mortes de outros dois militantes estudantis, Herber Nieto e Julio Spósito, e a incorporação formal das forças armadas à “luta antissubversiva” — fato esse que, no final, será decisivo e fundamental.

A escalada repressiva só se intensificaria em 1972 — já com Juan María Bordaberry na presidência, como resultado das eleições de novembro do ano anterior —, sobretudo a partir da decisão do MLN de aumentar suas ações de confronto com as Forças Armadas do Estado, o que serviria de desculpa para a imediata ofensiva militar. Em

termos de instrumentos jurídicos, passou-se da suspensão das garantias constitucionais à declaração do “estado de guerra interno”, e deste para a Lei de Segurança do Estado. Equipadas com tais instrumentos e em um regime generalizado de tortura, as forças armadas dizimariam em poucos meses a estrutura do MLN e continuariam com seus preparativos propriamente “políticos” para finalmente assumir a titularidade do governo. Os órgãos repressivos do Estado, uma vez concluída com sucesso sua “luta antissubversiva”, avançariam suas peças não apenas sobre os rescaldos das organizações guerrilheiras, mas sobre tudo aquilo que pudesse simbolizar algum tipo de obstáculo.

## **5. A presença anarquista**

Nesse marco de convulsões sociais e políticas, os anarquistas uruguaios saíram à sua própria batalha, apesar de seus enfraquecimentos, suas dúvidas e suas buscas não resolvidas. E assim o fizeram tanto aqueles agrupados na FAU, quanto os que definiram para si um caminho diferente desde 1963.

A FAU continuou a concentrar suas ações marcando presença no movimento sindical, porém, também se mostrou resolutamente decidida a constituir um “centro político” a partir do qual estabeleceu um papel de direção em diferentes frentes de atividade. No plano sindical, a partir de 1968, deu vida à Resistência Operário-Estudante (ROE), projetada para servir como um provável receptáculo do que, no âmbito da CNT, era conhecida como Tendência Combativa — uma ampla confluência de grupos orientados por organizações da esquerda

radical que poderiam funcionar como uma alternativa às orientações predominantes na central operária exercida fundamentalmente pelo PC. Ao mesmo tempo, a presença estudantil foi crescendo em seu interior, e se voltou, preferencialmente, às tarefas de apoio aos conflitos sindicais. Em termos da concepção organizacional global, os militantes da FAU que atuaram através da ROE constituíram-se em sua “perna” de atuação pública ou semi-pública<sup>17</sup>, enquanto que paralelamente também se destinou um setor de seus ativistas para a formação de um “aparato armado” que formaria sua “perna” estritamente clandestina. Com base nessa conformação, a FAU teve um desenvolvimento numericamente importante entre os anos 1968 e 1972, conseguindo ativar boa parte de suas diretrizes iniciais. O modo como se processaram os conflitos sindicais que ficaram sob a área de influência de seus militantes tornou visível, embora sempre em condição de minoria, uma metodologia efetivamente alternativa à condução majoritária da CNT, e no meio desses conflitos combinaram-se ações de boicote, sabotagem e apoio externo por parte da militância clandestina. Seu “aparato armado” — que desde 1971 adotou o nome de Organização Popular Revolucionária 33 — acompanhou esse desenvolvimento aumentando sua capacidade operacional, que passou das ações de financiamento e instrumentalização até a maior complexidade dos sequestros<sup>18</sup>.

Em contrapartida, a FAU daquela época deu a sensação de funcionar relativamente bem em uma sucessão de momentos táticos; mas, em seu processo de buscas teóricas, foi perdendo imperceptivelmente parte de sua longínqua identidade original. O marxismo, já utilizado

a torto e a direito em suas análises, transformou-se no conteúdo substantivo dos cursos de formação por meio dos textos de Louis Althusser, Nicos Poulantzas e Marta Harnecker — fundamentalmente na “perna” da atuação pública ou semi-pública —, e esse era o reconhecimento de fundo teórico de um setor crescente de sua militância<sup>19</sup>.

Por sua vez, aqueles anarquistas que foram deixados à margem da FAU também fizeram a sua parte. Tanto a turma de Belas Artes quanto o Grupo Libertário de Medicina tiveram atuação destacada na agitação de rua do ano de 1968, no marco das ações da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU); no entanto, no caso dos companheiros de Medicina, rapidamente optou-se por um formato conspiratório que estranhamente aproximou muitos de seus militantes ao MLN, e isso repercutiu nos infelizes fins da notória perda de influência gremial. A Comunidad del Sur<sup>20</sup>, por seu lado, deu lugar direta ou indiretamente a experiências duradouras sobre as quais, depois, todos os tipos de incidência foram perdidos: o Movimento Nacional de Luta pelas Terras, a Federação de Cooperativas de Produção e a Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua (FUCVAM). A partir de 1968, um grupo de companheiros da Comunidad del Sur, junto com algumas individualidades, também deu vida à Editorial Ação Direta — afinal, uma das poucas expressões que difundiram durante o período materiais de caráter expressamente anarquista. Nesse campo libertário disperso havia presença e vontade, porém, a ausência de um paradigma revolucionário comum e estritamente anarquista deixava sentir seus prolongados e profundos efeitos.

## 5. Uma visão alternativa

Enquanto isso, desde o final dos anos 60 e início dos 70, forças jovens começaram a aparecer vagamente inspiradas no “maio francês”. Em princípio, tratou-se de um espaço híbrido em que três linhas de influência se combinaram de forma um tanto quanto forçada: a emergência dos movimentos juvenis dos anos 60, as guerrilhas latino-americanas e a experiência revolucionária do anarcossindicalismo espanhol. As concepções que Abraham Guillén elaborou naquela época constituíram um referencial teórico que buscava amalgamar essas linhas de força e, durante um breve período em 1969, um grupo retomou a denominação tradicional de Juventude Libertária, tentando trabalhar com base nessas preocupações. Essa experiência seria reeditada em 1971, novamente como Juventude Libertária, mas com maior desenvolvimento ideológico-político e com um impacto mais amplo, embora ainda reduzido. Nesse ínterim, havia amadurecido a ideia de que não era possível unir-se libertariamente aos processos de mudança em curso sem o apoio de alguma forma de organização especificamente anarquista e de um trabalho ideológico consistente nesse sentido; tudo isso junto com a convicção de que a FAU, em sua tentativa de construir uma síntese com o marxismo, havia renunciado a essa aspiração. Desde o primeiro momento, concluiu-se que essa intenção de “síntese” só poderia perdurar no tempo baseada em indefinições que, mais cedo ou mais tarde, teriam que ser abordadas de uma forma ou de outra.

Essa convicção colocou-se num lugar diferente daquele das duas frações que resultaram da divisão da FAU de 1963, estendendo sua visão crítica em ambas



direções. De um lado, considerava-se importante ter mantido inalterados os elementos básicos do pensamento anarquista, e isso aproximou esta área daqueles que haviam sido os componentes da ALU; mas, de outro lado, ainda se considerava resgatável a permanência nas organizações populares e a necessidade de ativar um processo de renovação teórico-ideológica que parecia inadiável, o que de fato criou algumas expectativas na FAU<sup>21</sup>. Também explica o caso que, nesse território de ideias, dilataram-se elementos que pertenciam à ROE, bem como a faceta da tentativa “especifista”, ou seja, as próprias Juventudes Libertárias. Isso foi favorecido pela conclusão básica de que a “síntese” com o marxismo era, na realidade, uma quimera de vida curta e que, mais cedo ou mais tarde, haveria um rearranjo organizacional que dissiparia todas as dúvidas que se encontravam, momentaneamente, em suspenso. De certa forma, planejava-se uma esperança ingênua e “iluminista” com relação ao domínio da razão abstrata e à possibilidade de reunir todos os anarquistas sob as mesmas bandeiras depois que o processo em curso produzisse por si mesmo as três ou quatro formulações básicas de um paradigma libertário remoçado.

A ideia era extraordinariamente otimista a curto prazo, e somente o transcorrer dos anos iria demonstrar que se tratava de uma intuição correta. No entanto, o certo é que as características geracionais impediram que essa corrente pudesse adquirir uma gravitação imediata mínima para além do que foi expresso de maneira relativa e limitada durante esses anos em algumas escolas secundárias, escolas técnicas e faculdades. A radicalização que estava em ascensão não oferecia muita margem para o surgimento de proposições e agrupamentos sustentados

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

predominantemente por elementos de novidade: o campo das oposições já estava traçado, só admitia a formação de alianças baseadas no que já existia e os principais norteadores da mobilização eram, como já foi dito, os militantes formados ou consolidados durante a década de 1950<sup>22</sup>. As Juventudes Libertárias que estavam integradas pelos “filhos” dessa geração não encontraram o lugar apropriado na mesa “familiar”, e a presente tentação conspiratória de alguns de seus membros os obrigou a se dissolverem sem mais nem menos. Em compensação, suas convicções básicas seriam confirmadas pelos eventos posteriores — algo que só pôde ser visualizado muito depois.

## 6. Golpe de Estado e greve geral

Em fevereiro de 1973, as forças armadas tinham completamente sob controle tudo o que poderia representar uma “ameaça” guerrilheira. Os presídios já apresentavam uma situação de superpopulação e os fragmentos da ação armada que puderam manter-se a salvo vincavam-se com vistas a reorganizarem-se nos países vizinhos, especialmente Chile e Argentina. Mas o alívio militar estaria longe de parar depois de ter cumprido a missão específica que a condução do Estado lhes havia encomendado: agora, sua lógica de atuação no marco da “doutrina da segurança nacional” os impulsionava a desembaraçar-se de tudo aquilo que pudesse significar uma continuação da “agressão” e, de acordo com essa concepção predominante, cada habitante do país poderia transformar-se num instrumento do inimigo e ser concebido como um agente potencial ou consumado

de Moscou e de Havana<sup>23</sup>. Foi nesse mês de fevereiro que se produziu a primeira tentativa golpista e as forças armadas emitiram dois pronunciamentos de conteúdo “nacionalista” e “desenvolvimentista” — popularmente conhecidos como “comunicados 4 e 7” — que semeariam uma confusão insólita.

Segundo as concepções teórico-políticas defendidas pelo PC — a partir das quais se exercia uma severa “colonização” de quase toda a esquerda uruguaia —, as forças armadas ocupavam um lugar neutro na estrutura produtiva, e por esse motivo podiam transitar no regime de “opção livre” em torno da marcha contradição principal entre a “oligarquia” e o “povo”. Nessa vigilância dialética de base economicista tão cara à vulgata marxista-leninista, a análise prescindia das características institucionais das forças armadas, da sua estruturação hierárquica, de seu fundamento funcional nas noções de comando e obediência e até de sua articulação em complexas tramas de poder que normalmente lhes conferem tarefas de conservação das tradições, da disciplina e da ordem. Assim, uma porção mais do que significativa do campo popular perdeu-se aprofundando ilusões vãs relativas a uma eventual orientação “peruanista” das forças armadas<sup>24</sup>, em vez de organizar meticulosamente a resistência a um golpe de Estado completamente regressivo cujo único enigma consistia em conhecer com exatidão o mês, a semana, o dia e a hora.

E isso ocorreu na madrugada do 27 de junho de 1973. A militância de base respondeu em todos os lugares com a ocupação dos locais de trabalho e de estudo sem que parecesse imprescindível uma única voz de comando a esse respeito: só foi necessário rememorar uma velha

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

resolução tomada vários anos antes e a resistência ao golpe de Estado foi imediatamente consumada, adquirindo dimensões que nunca havia tido qualquer greve. A partir daí, sucederam-se as desocupações realizadas a ponta de baioneta em locais quase sempre fabris que poucas horas depois voltavam a ser ocupados com o apoio dos vizinhos mais próximos e dos estudantes da região. A dissolução da CNT foi de pouca utilidade para as forças armadas três dias após o golpe: a resistência popular não tinha um comitê central e, por definição, as pessoas não podiam ser ilegalizadas. Em 9 de julho, uma multidão confrontou as forças repressivas na principal avenida montevideana. Finalmente, em 11 de julho, a CNT e a FEUU conseguiram o que as forças armadas não haviam logrado: com a atuação dos dirigentes e a modificação política, a greve geral foi suspensa — na CNT, com a posição discordante da Federação Uruguaia de Saúde (FUS), a Federação de Operários e Empregados da Bebida (FOEB) e a União de Trabalhadores, Empregados e Supervisores de FUNSA; e na FEUU, com a recusa da Associação de Estudantes de Belas Artes<sup>25</sup>. A greve geral havia sido derrotada, mas graças a ela — à sua profundidade, à sua extensão, à energia mostrada na ação —, a ditadura militar nascia mortalmente ferida em termos de legitimidade e apoio interno.

## 6. Os militares à vontade

Alguns meses depois, no final de outubro, a universidade foi alvo de intervenção e, com isso, encerrava-se qualquer possibilidade de atuação pública ou legalmente admitida. Os militares tinham o país inteiro sob suas botas; eles

dedicar-se-iam a se abastecer com os elementos jurídicos e orgânicos necessários para governar e começariam a eliminar os focos de resistência um por um. Formalmente, o presidente da república continuou a ser Juan María Bordaberry até 1976, mas de fato eram as forças armadas que ocupavam as verdadeiras molas governamentais na companhia de uma esquecível e supranumerária corja de adjacentes em trajes civis. Entre 1973 e 1980, o país se tornaria um páramo desolado, onde discursos adversos não tinham possibilidade alguma de aparecer. Enquanto isso, assim como na Argentina e no Chile, e na ausência de organizações de trabalhadores que pudessem desencadear algum tipo de antagonismo, os militares auspiciavam os primeiros ensaios da aplicação de fórmulas econômicas mais ou menos atribuídas à escola neoliberal.

O que aconteceu então nos grupos libertários? A FAU acentuou seu processo de redefinição, reorganizando-se clandestinamente em Buenos Aires e incorporando um bom número de militantes de outras procedências que já concebiam como definitivamente impossível um retorno às antigas posições anarquistas. Foi em Buenos Aires, em julho de 1975, que se celebraram as sessões finais do congresso constitutivo de uma organização diferente: o Partido pela Vitória do Povo. O desempenho desse partido foi localizado pelos serviços de inteligência militar e ele mesmo acabou por ser vítima de uma tática política de extermínio<sup>26</sup>: aqueles que não eram retidos nas prisões “desapareceram”, e aqueles que conseguiram superar o cerco partiram para o exílio na Europa. Nesses episódios, os antigos militantes, formados nos anos 50 e que ainda podiam manter algum tipo de alento libertário, ficaram pelo caminho. Os sobreviventes dessa campanha

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

repressiva reuniram-se num encontro em Paris em 1977 — conferência de balanço e perspectivas, segundo Hugo Cores<sup>27</sup> —, e realizaram uma “autocrítica” da derrota na qual, insolitamente, carregaram nas tintas do pensamento libertário que houvesse chegado até esse momento e já se constituíram num partido declaradamente marxista que reconheceu no anarquismo apenas suas origens distantes, mas não precisamente uma fonte de inspiração.

Durante muito tempo, pequenos grupos do “aparato armado”, que visavam a recuperação de uma tonalidade mais fortemente anarquista, haviam adensado seus desprendimentos. Foi o que aconteceu com Os Libertários, cujos militantes acabaram quase todos atrás das grades, com exceção de dois companheiros extraordinários mortos em combate: Julio Larrañaga (el Polo), em abril de 1974, e Idilio de Leão (el Gaucho), em outubro do mesmo ano. Por sua vez, em Buenos Aires, separou-se uma Tendência Anarquista Revolucionária, que buscou sem encontrar os militantes do grupo anterior. Foram mais numerosas as separações das posições anarquistas produzidas na ROE, sendo a mais importante a Agrupação Militante da Universidade do Trabalho.

Os embates repressivos desmantelaram tudo o que houve até 1973, e os anarquistas que haviam pertencido ao Grupo Libertário de Medicina, à Comunidad del Sur ou à Escola de Belas Artes tiveram que embarcar no caminho do exílio. No exílio, dois grupos seriam formados: os Núcleos pela Resistência 29 de outubro e a Organização da Resistência, pensados para apoiar atividades de reconstrução libertária. Dentro do país, os anarquistas só puderam manter pequenos grupos ligados entre si e mais uma vez empenhados em tarefas básicas de intercâmbio de

informação, discussão, análise, elaboração, fortalecimento mútuo, solidariedade e organização incipiente — algo que nunca atingiu mais do que algumas dezenas de militantes.

## 7. A “abertura democrática”

No final da década de 1980, as forças armadas haviam planejado fazer uma jogada de mestre: um plebiscito constitucional que institucionalizaria a presença das esferas governamentais com vistas à eternidade. Relativamente desgastados, não desprovidos de contradições internas e requeridos de uma legitimação mais ampla do que até então, optaram por gerar espaços de discussão pública com figuras políticas de segunda e terceira ordem, convencidas de que uma combinação maquiavélica de vigilância e medo levaria as maiorias eleitorais a escolher pelo “mal menor”; referendaram com seu voto um projeto que, de todos os modos, seria preferido de acordo com seu ponto de vista míope, ante o vazio, a incerteza e a indefinida perpetuação da mesma situação. No calor das discussões estabelecidas por esse plebiscito, até mesmo anarquistas anônimos puderam dar a conhecer suas opiniões modestas, e um comunicado encarregou-se de difundir em seu círculo de “amizades” a importância de levantar uma recusa radical a tudo o que procedesse de fontes militares<sup>28</sup>.

Incrivelmente e contra todos os prognósticos, a reforma constitucional proposta pelas forças armadas foi rejeitada no correspondente plebiscito, e isso obrigou aos fardados formular um cronograma de diálogo e “abertura” — algo que inicialmente contemplava apenas a oposição dos partidos “tradicionais” Nacional e Colorado. Além dessas intenções mínimas, os militares também precisavam oferecer algum

tipo de respiradouro à sociedade, mesmo sob o mais estrito controle. Assim, em 1981, o seu Conselho de Estado, que serviu como parlamento, aprovou uma Lei de Associações Profissionais destinada a habilitar a organização de algo que se assemelhasse a um sindicato, mas que mantivesse a devida compressão dos momentos de supervisão absoluta e que deixasse fora de qualquer prerrogativa os funcionários públicos. A lei não contemplava a possibilidade de que fossem organizadas federações sindicais, limitando-se à constituição de “associações civis” de primeiro grau; no entanto, isso transbordou rapidamente e, em menos de dois anos, deu lugar à formação de uma Plenária Intersindical de Trabalhadores (PIT), com a presença direta dos sindicatos de base. Em simultâneo, em torno das cooperativas de apostilas e revistas engenhosas, começou-se a produzir a reorganização do movimento estudantil na chamada Associação Social e Cultural de Estudantes do Ensino Público, assim como também foi iniciada uma série de publicações interessantes de bairro que visavam difundir problemas próprios e incentivar a participação ativa dos vizinhos próximos. Para completar o panorama é necessário dizer que a FUCVAM também constituiu um dos eixos da reorganização e da mobilização popular com campanhas por moradias que tiveram uma enorme adesão popular.

Ademais, entre 1981 e 1982, o desenho econômico militar entrou em sua fase de bancarrota depois que Aparicio Méndez, na primeira magistratura desde 1976, transferiu a faixa presidencial para Gregorio Álvarez, o primeiro presidente fardado propriamente dito. Uma lei de partidos políticos foi aprovada e foram realizadas eleições internas com o proscrito Frente Amplio, e os oponentes da



ditadura triunfam amplamente — encarregados de buscar, desde então, em diálogo com as forças armadas, uma saída “democrática”. A mesa de diálogo foi finalmente instalada em maio de 1983 e levantada, apenas alguns meses depois, sem qualquer acordo, o que habilitou novas disposições repressivas. Apesar desse primeiro fracasso, o processo de “abertura” não tinha margem para reversão, especialmente porque a mobilização popular ganhou terreno e, em sua dinâmica, constituiu atores imprevisos e com força suficiente para se apresentar como convidados de pedra. Em julho de 1984 foi prescrito finalmente o Frente Amplio, que já participava das negociações com os militares depois que o Partido Nacional se retirara das mesmas. Em agosto, os chamados “acordos do Clube Naval” foram alcançados, alguns presos políticos que já haviam cumprido a metade de sua sentença começaram a ser liberados, e encerrou-se a intervenção na universidade. As eleições nacionais foram realizadas no último domingo de novembro, e triunfou a fórmula do Partido Colorado: Julio María Sanguinetti — o grande arquiteto da “abertura”, junto com o tenente general Hugo Medina — assumiria o comando do país em março de 1985 e iniciaria seu período de “mudança em paz”, isto é, o rearranjo “democrático” do capital e do Estado.

## **8. A reorganização anarquista**

Do ponto de vista que optei no presente trabalho, o é essencial destacar a reorganização anarquista que ocorreu nesse contexto. Nos anos de 1983 e 1984, o movimento popular uruguaio não apenas se rearticulou pontualmente e de ponta a ponta, mas entrou em uma

fase de mobilização contínua. Nos primeiros meses de 1983, contra todos os prenúncios e apesar das intenções militares de permitir apenas uma “abertura” controlada, emergiram por todo o país centenas de sindicatos, grupos de estudantes, revistas de bairro, cooperativas de moradias, refeitórios populares, policlínicas de bairro etc. Foi esta constelação interminável de organizações de base que permitiu, pela primeira vez em 10 anos, um ato sindical no dia 1º de maio sob a responsabilidade do então chamado Plenário Intersindical dos Trabalhadores. Foi nesse ato, para apresentar só um exemplo, que um bloco robusto chegou inesperadamente, procedente dos distantes bairros operários do Cerro e La Teja, cantando pela liberdade de prisioneiros políticos<sup>29</sup>; um bloco em cuja frente vinham, entre outros, os militantes da recém-formada “Associação Anarquista Pedro Boadas Rivas” como organizadores do ato<sup>30</sup>. Nessa efervescência, não era estranho que os anarquistas fossem os que formavam a quarta parte da comissão de organização da primeira greve geral na ditadura — o 18 de janeiro de 1984 —, nem que naquele mesmo dia tais sujeitos incorrigíveis tivessem cometido uma mobilização no Cerro — na praia! —, acompanhada por milhares de banhistas.

Nunca será possível saber exatamente quando, mas é certo que, em algum momento, no afã de alguma dessas múltiplas manifestações de rua dos anos de 1983 e 1984, voltou a flamular desafiante, mais uma vez, a bandeira preta e vermelha. Nascidos quase do nada — por osmose, por geração espontânea, por contágio ou vai saber por quê —, até então aquelas poucas dezenas de militantes libertários que sobreviveram aos primeiros anos da ditadura tinham se transformado em centenas de anarquistas enraizados

nas novas organizações de bases populares: desde o Cerro e La Teja até Villa Española e Bella Italia, desde a central elétrica e a refinaria até o hipódromo e as alfândegas, passando pelas gráficas, os bancos, os hospitais e os estabelecimentos de ensino. A esmagadora maioria tinha, então, aproximadamente 20 anos e não era o produto do proselitismo deliberado de nenhuma organização específica, senão o resultado de um irresistível apetite libertário e de uma enorme vontade de inventar uma palavra intransferível na infindável diligência de construir sua própria vida. Foi nessa atmosfera que o pensamento e as práticas anarquistas recuperaram um lugar e uma trajetória sem a possibilidade de substituição.

Não foi e não poderia ser a revolução, é claro, mas foi a oportunidade de criar uma densa rede de organizações sociais a partir do zero — sem vanguardas iluminadas, sem dirigentes perpétuos e sem estruturas institucionalizadas para reverenciar. Muito foi dito e feito pelas forças armadas em nome do país sem qualquer consulta para que alguém pudesse defender imediatamente depois, e com um mínimo de dignidade, o critério de representação: foi, portanto, a hora da apresentação, das numerosas assembleias e das vozes em corais desenfreados — essa circunstância estatisticamente improvável que nasceu da reflexão e das entranhas, na qual cada um se sentiu iniciando com os outros uma relação entre homens e mulheres livres e iguais e solidários. Ou que, já para ferir *ex professo* a couraça epidérmica dos profetas leninistas, a delegação de funcionários públicos ao PIT foi escolhida por sorteio, no entendimento de que não se tratava mais de simples portadores das posições de base.

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

Foi nesse clima que se formaram nada menos do que uma dúzia de grupos libertários, dois dos quais — Resistência Libertária e Luta Libertária — eram de fato federações incipientes ou coordenadoras de grupos. Seriam esses grupos e os militantes individuais que havia aqui e ali os que se encarregariam de retomar e personificar um projeto anarquista dali em diante. Na jornada realizada no mês de dezembro de 1984, denominada Semana do Dinamismo Libertário, passariam de 500 os militantes recém-chegados às agrupações anarquistas. A partir daí, outra história começaria: 1985 não permitiu mais a repetição das fórmulas de 1968 e esboçou, com relação a essa data, um consistente esforço de renovação. Sem mencionar que tal exigência se delineava na época e é delineada nos tempos vigentes, agora de maneira redobrada. Tal renovação é incerta em sua desembocadura, porém, em todo caso, não deixa de ter nela um elemento de certeza impassível: a de que o que compete aos anarquistas, hoje como ontem, são pensamentos e práticas centrados em torno de uma crítica radical do poder e uma ética intransigente da liberdade.

Tradução do espanhol por Adriana Ferreira Martinez.

## Notas

<sup>1</sup> A tradução foi realizada a partir do texto original datado de 4 de julho de 2008 e postado pelo autor em: <https://www.nodo50.org/ellibertario/danielbarret.html>. Foi publicado por primeira vez em *Tierra y Tempestad*. Ano 1, Número 2. Inverno 2008. Montevideú, Uruguai. Disponível em: <https://laturbaediciones.files.wordpress.com/2010/03/numero-2.pdf> (N. T.).

<sup>2</sup> Em 25 de outubro de 1928 um grupo de anarquistas expropriou a casa de câmbio chamada Messina no centro de Montevidéu (N.T.).

<sup>3</sup> Ditador uruguaio da década de 1930. Estabeleceu relações com Mussolini e Hitler, dos quais recebeu empréstimos para construir uma barragem hidrelétrica (N.T.).

<sup>4</sup> Os grifos marcados no decorrer do texto seguem o original do autor (N.T.).

<sup>5</sup> Falar sobre os anos 60 não implica desconhecer que, em grande parte, as sementes que mais tarde germinariam foram plantadas na década de 50: a organização dos trabalhadores rurais realizada por Raúl Sendic que depois daria lugar à formação do Movimento de Libertação Nacional (MLN), a liderança de Rodney Arismendi e sua equipe no Partido Comunista (PC), as primeiras fraturas dentro dos partidos Colorado e Nacional, a aprovação da lei orgânica universitária e até a formação da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) são fatos históricos próprios daquela década. Há também consenso de que a crise econômica que atuou como pano de fundo foi substanciada em meados dos anos 50, e é perfeitamente demonstrável que *as figuras mais relevantes do período iniciado em 1968 foram formadas ou consolidadas nas lutas sociais e políticas da década anterior, sem dar muitos protagonismos aos elementos mais jovens*. Enfatizar isso responde à necessidade de explicar, em nossos efeitos atuais, os motivos pelos quais não chegaram a adquirir uma excessiva autonomia de voo as expressões orgânicas geracionais próprias da ascensão da mobilização do final da década de 1960.

<sup>6</sup> O ponto ao qual o autor refere-se é o que separa as letras da sigla F.A.U. (N.T.).

<sup>7</sup> A sigla correspondente é ALU (N.T.).

<sup>8</sup> Há versões documentais coincidentes em torno deste assunto da supressão dos pontos e seu significado por dois dos protagonistas mais relevantes dessa organização: Juan Carlos Mechoso e Hugo Cores — apesar de ambos seguirem caminhos divergentes. Ver: María Eugenia Jung e Universindo Rodríguez. *Juan Carlos Mechoso anarquista*. Montevidéu, Edições Trilce, 2006, p. 64; e Hugo Cores. *Memórias da resistência*. Montevidéu, Ediciones de la Banda Oriental, 2002, p. 112. Cabe assinalar, embora seja muito menos importante, que essas versões também coincidem com as memórias deste articulista.

<sup>9</sup> Pode-se dizer, em um sentido restrito, que a apresentação da revista *Rojo y Negro* contém um certo resumo deste programa de trabalho. Ver: *Rojo y*

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

*Negro*, n. 1, Montevidéu, maio de 1968, pp. 3-6; precisamente no alvorecer do período que agora nos ocupa.

<sup>10</sup> Na verdade, as “medidas imediatas de segurança” já haviam sido adotadas em 1967, no primeiro ano do governo “colorado”, mas só foram aplicadas só por 12 dias.

<sup>11</sup> Departamento localizado ao norte do Uruguai que fica a 600 quilômetros de Montevidéu (N.T.).

<sup>12</sup> Mais conhecido como Tupamaros (N.T.).

<sup>13</sup> Batllismo é sinônimo do Partido Colorado no Uruguai, criado por José Batlle y Ordoñez, presidente nos períodos de 1903-1907 e 1911-1915 (N.T.).

<sup>14</sup> São assim chamados os integrantes da coalizão de partidos políticos Frente Amplio (N.T.).

<sup>15</sup> Cidade que fica a 30 quilômetros de Montevidéu (N.T.).

<sup>16</sup> Trata-se do ensino secundário formal e o técnico (N.T.).

<sup>17</sup> Embora a ROE fosse pensada como um espaço de “tendência” e de encontro entre grupos da esquerda revolucionária, o já mencionado enrijecimento de posições a partir de 1969 estreitou o espectro de domínios e o reduziu tacitamente à FAU; em particular desde a fundação do Frente Amplio em 1971.

<sup>18</sup> É óbvio que, em um trabalho com as características do atual, não é possível fazer outra coisa senão um resumo apressado e pobre. Para uma revisão detalhada do período, no entanto, o trabalho de Juan Carlos Mechoso está disponível, o qual é recomendado recorrer; ver *Ação Direta Anarquista. Uma história da FAU*, especialmente seu volume I; Montevidéu, Editorial Recortes, 2002.

<sup>19</sup> Ver o que foi afirmado por Hugo Cores, op. cit., 2002, p. 112. Em relação a essa questão altamente controversa, podemos dizer que o texto de Mechoso minimiza o fenômeno, e isso provavelmente é atribuído ao fato de que seu lugar claramente clandestino na organização impedia notar a total dimensão dos alcances e os correspondentes riscos teórico-ideológicos. De nossa parte, embora pouco importe para todos os efeitos, vale assinalar que, se bem as diferenças com Hugo Cores são absolutamente intransponíveis, na medida em que ele foi o principal expoente da conversão marxista e

que trabalhou sistemática e francamente nessa direção, entende-se que seu tratamento nesse tema reflete mais fielmente o que realmente aconteceu entre a militância da FAU considerada como um todo.

<sup>20</sup> Experiência autogestionária de “vida cooperativa integral”, fundada em 1955 em Montevideo (N.E.).

<sup>21</sup> Não obstante, esta última coincidência com a FAU deve ser entendida em um plano exclusivamente formal, uma vez que, como já vimos, o programa de trabalho das Juventudes Libertárias em torno da necessidade de renovação teórico-ideológica se esquivava resolutamente da ideia da “síntese”; entendendo-se, antes, como uma atualização a partir de uma reafirmação dos postulados libertários clássicos.

<sup>22</sup> A abordagem geracional pode parecer rebuscada, mas não é. De certo modo, algo semelhante aconteceu nas fileiras marxista-leninistas com a Frente Estudantil Revolucionária (FER), que, em seu momento, tampouco conseguiu qualquer consideração como uma organização “madura”; assim, não pôde incidir com seus planos no MLN, fracassando na tentativa de formar um partido próprio e depois incorporando uma boa quantidade de seus elementos mais destacados ao Partido pela Vitória do Povo.

<sup>23</sup> A chamada “doutrina da segurança nacional” foi a concepção básica dos exércitos latino-americanos no contexto da Guerra Fria. Em geral, as abordagens mais simplistas tendem a atribuir um protagonismo exclusivo em sua formação e disseminação aos Estados Unidos, por meio de sua Escola das Américas no Panamá. No entanto, a mesma foi também constituída com as contribuições relevantes do General D’Allegret — militar francês com experiência em Indochina e Argélia — e encontra um antecedente digno de nota no plano argentino chamado Conintes (Comoção Interna do Estado) sob a presidência de Arturo Frondizi em 1958. E, claro, seu principal teórico foi o brasileiro Golbery do Couto e Silva, cujas elaborações primevas datam do final dos anos 40.

<sup>24</sup> O PC estabeleceu uma distinção entre os setores “peruanistas” e os setores “fascistas” dentro das forças armadas, de tal modo que sua caracterização da situação de fevereiro e depois da própria ditadura nunca chegou a abordar satisfatoriamente o componente institucional da mesma; tudo isso com perseverança e fascinação aplicadas pontualmente, sem peso nem medida. É precisamente esse tipo de coisas que nos obriga a perguntar mais uma vez onde exatamente residia o fascínio “científico” das análises marxista-leninistas que se lhes lançavam aos “anticientíficos” anarquistas.

o movimento anarquista uruguaio nos tempos de cólera

<sup>25</sup> A posição dos sindicatos “opositores” dentro da CNT foi profusamente difundida depois, e é conhecida como o “Documento dos 3 Fs” (FUNSA, FUS, FOEB). Cabe assinalar que o sindicato de FUNSA foi um dos bastiões da FAU, enquanto que as diretrizes básicas em Belas Artes seguiram àqueles que, em algum momento, haviam integrado a ALU: por ironia da história, novamente estavam identificados na mesma posição de combate os que dez anos antes tinham se separado de maneira definitiva.

<sup>26</sup> A atrocidade militar era tal que alguns dos protagonistas fardados o rememoram e o divulgam com “orgulho” ainda hoje, mais de 30 anos depois. Ver, de José Gavazzo, sua litania tragicômica em [www.envozalta.org/CREACION\\_DEL\\_PVP.pdf](http://www.envozalta.org/CREACION_DEL_PVP.pdf), uma ladainha em que seu autor mantém erros e confusões geradas naqueles anos dos quais ele só pode reter as referências policialescas, mas não as minúcias político-ideológicas. [O link indicado pelo autor já não se encontra disponível. Embora seja possível acessar a página inicial do portal *En Voz Alta*, que serve à propagação da ladainha saudosista militar, o conteúdo ali apresentado indica que a página está fora de atividade desde 2012 (N. T.)].

<sup>27</sup> Ver Hugo Cores, *op. cit.*, 2002, p.14.

<sup>28</sup> No plebiscito acima mencionado, as opções foram reduzidas a um “sim” e um “não”: o “sim” implicava a aprovação da reforma constitucional, enquanto o “não” era a sua reprovação lógica. O comunicado do qual falamos não convocava expressamente a votar contra a reforma constitucional que os militares submetiam à consideração “cidadã”, mas solicitava uma negação militante que ia além da proposta militar.

<sup>29</sup> Reivindicar a “liberdade dos presos políticos” era, na época, praticamente uma “transgressão ultra esquerdistas”, já que o lema oficial do ato se concentrava no pedido de uma “anistia”, isto é, uma amnésia e um perdão decididamente alheio a uma sensibilidade libertária.

<sup>30</sup> O nome daquele grupo de libertários cerrenses recordou, irreverente e orgulhosamente, a memória de um anarquista catalão, militante do sindicato do vidro em Barcelona, participante da expropriação do Câmbio Messina, preso durante mais de 20 anos em prisões uruguaias e morto como um humilde “Canillita” nas ruas de seu bairro de adoção, o Cerro. Cabe informar aos leitores não uruguaiois que “canillita” é a expressão popular que designa os vendedores ambulantes de jornais e revistas.



*Resumo*

*O ensaio analisa as práticas anarquistas no final da década de 1960 e início dos 1970, no Uruguai; a repressão decorrente da ditadura militar e, por fim, a irrupção de resistências libertárias em meados dos anos 1980 com a chamada “abertura política”.*

*Palavras-chave: Anarquismo, América do Sul, resistências.*

*Abstract*

*This essay analyzes the anarchist practices in the late 1960s and early 1970s in Uruguay; the repression resulting from the military dictatorship; and, finally, the libertarian resistance burst in the mid-1980s, following the so-called “political openness”.*

*Keywords: Anarchism, South America, resistences.*

***The Uruguayan Anarchist Movement in the Time of Cholera, Daniel Barret.***

*Recebido em 23 de outubro de 2018. Confirmado para publicação em 30 de outubro de 2018.*